



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
JORNAL IMPRESSOS

Correio Urbano

A4 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju •
quarta-feira 19 de abril de 2017

MPE/SE quer reforma da Rodoviária Velha

Ação do Ministério Público Estadual dá prazo para governo adotar medidas; em caso de descumprimento, haverá multa

Aline Bittencourt

Quem faz uso do transporte intermunicipal já deve ter utilizado, por vezes, o Terminal Rodoviário Luiz Garcia, mais conhecido como 'Rodoviária Velha', no Centro de Aracaju. Tanto os passageiros de ônibus como também os vendedores ambulantes e demais profissionais que trabalham no local já reclamaram de problemas naquele espaço, desde segurança ao ordena-

mento no tráfego. Após inspeções realizadas pela Defesa Civil, Corpo de Bombeiros (CB) e Ministério Público Estadual (MPE), uma Ação Civil Pública (ACP) foi ingressada nessa terça-feira, 18, pelo MP, através da promotora de justiça Euza Missano, em face do governo do Estado, para que, num prazo de 30 dias, se apresente, entre outras medidas, um projeto de combate a incêndio, e em 90 seja delimitada, com grade e identificação, a área de circulação de veículos e usuários. Em caso de

descumprimento, o governo pode pagar multa diária de R\$ 5 mil.

Além dos problemas citados, foi constatado ainda, conforme documento, em vistorias já realizadas, o perigo de desabamento de marquises devido a infiltrações espalhadas pelo terminal.

A ACP é mais uma tentativa de obter êxito na melhoria da Rodoviária Velha porque, conforme explica Euza Missano, desde 2010 audiências extrajudiciais ocorrem no MPE - sem



EM VISTORIAS JÁ REALIZADAS NO TERMINAL, OBSERVOU-SE O PERIGO DE DESABAMENTO DAS MARQUISES

sucesso - para a solução dos problemas do local.

Sobre a reforma do Terminal Luiz Garcia, o secretário de Comunicação do Estado, Sales Neto, revela que já há um projeto - no valor de R\$ 5 milhões - licitando a reforma do local. Segundo Sales, a Rodoviária Velha já está sendo avaliada por técnicos do BNDES, que estão em Sergipe a pedido do governador Jackson Barreto.

• 30 dias

No documento, consta ainda que, em 30 dias, deve-se adotar medidas como: Certificado

dos Brigadistas de Incêndio, Teste de Aterramento da Rede Elétrica com a ART do profissional responsável e Teste de Continuidade do SPDA (para-raios). Caso não ocorra a regularização do sistema de segurança, pode haver interdição do prédio.

• 90 dias

Ainda na ação, Euza Missano pede que seja apresentado um projeto de intervenção ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).